

Brasil pode propor novo lançamento de "exit bonds"

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

O secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, e o diretor da Área Externa do Banco Central, Arnim Lore, reúnem-se na próxima semana com o Comitê de Assessoramento dos Bancos Credores, em Nova York, para esclarecer as dúvidas surgidas com a centralização dos pagamentos ao exterior e expor as alternativas brasileiras para a redução da dívida caso não saia o acordo com o FMI.

Na hipótese de não ser possível contar com o ingresso de recursos neste semestre, inclusive para alguma operação de redução da dívida com incentivo do Plano Brady, o Ministério da Fazenda poderá propor um novo lançamento de "exit bonds" (bônus de saída) junto aos credores privados. Os bancos interessados poderiam optar por estes papéis — a serem oferecidos com algum desconto e com a possibilidade de serem trocados depois por Bônus do Tesouro Nacional com cláusula cambial — para se desfazer de títulos da dívida brasileira.

"Nas primeiras sondagens realizadas junto ao mercado, encontramos alguns bancos interessados e outros que não se dispõem a ficar com os novos bônus de saída", informou ontem o secretário de Assuntos Internacionais. "O que vamos colocar na mesa de negociações dependerá ainda da conclusão desta avaliação, assim como da definição dos entendimentos com o Fundo Monetário Internacional." O governo espera uma resposta do FMI antes da reunião do "Board" em agosto, após o recesso de verão da junta dirigente daquela instituição.

O nível do desconto a ser oferecido, bem como o volume e as demais condições, depende da maior ou menor aceitação da sondagem que o governo vem realizando, desde a semana passada. Anteriormente chegou-se a pensar em simplesmente ampliar o volume de colocação dos Bônus relativos ao acordo assinado no ano passado com os bancos credores, com desconto de 6% e limite de US\$ 5 bilhões (dos quais US\$ 1 bilhão devem ser colocados ainda este mês, já que só em junho o Congresso formalizou a criação do BTN cambial).

"Como não haveria mais prazo para uma nova rodada e seria preciso alterar os contratos de 1988, resolvemos fazer esta sondagem junto ao mercado para uma nova colocação destes papéis", informou Amaral, explicando que as características da operação, inclusive algum desconto adicional na hora da troca por BTN cambial, dependerão das conclusões desta avaliação inicial. Esta seria uma das alternativas encontradas pelo País para conseguir alguma redução de dívida ainda neste governo, caso não seja possível contar com o acordo junto ao FMI.

Nestas sondagens, o governo manteve também contatos com o Departamento da Dívida do Banco Mundial (BIRD), para esclarecer melhor o papel que a instituição representaria numa eventual operação de redução sob amparo do Plano Brady, cuja precondição é a retomada do



Sérgio Amaral

"standy-by" ou de algum acordo provisório com o FMI. Já se sabe hoje que as duas instituições — BIRD e FMI — dividirão responsabilidades no uso do chamado Fundo do Plano Brady, para recompra de obrigações da dívida dos países-membros.

Dadas as características do atual governo brasileiro, com apenas oito meses de mandato, o País não espera contar com nada muito ambicioso em termos de redução da dívida, contentando-se com um programa de curto prazo. "Se houver acordo com o FMI, teremos condições de obter alguma coisa dentro do Plano Brady, mas não na magnitude das operações que vêm sendo montadas com o México ou a Venezuela, que já trabalham com a perspectiva de longo prazo", explicou o secretário de Assuntos Internacionais.

O México deve receber cerca de US\$ 3,6 bilhões do FMI e aproximadamente o mesmo valor do BIRD, no prazo de três anos. Uma parte desses recursos, provavelmente algo em torno de US\$ 1 bilhão, é que seria utilizada como alavanca-gem das operações de redução da dívida externa mexicana, mediante a recompra no mercado de obrigações anteriores, com deságio, como propõe a iniciativa idealizada pelo secretário do Tesouro norte-americano Nicholas Brady.

Sérgio Amaral confirmou que o ganho nas reservas, ao longo da semana passada, foi superior aos US\$ 300 milhões registrados apenas na segunda-feira após o anúncio da centralização do câmbio. Nenhum pagamento novo foi efetuado ao longo da semana, a não ser alguma coisa relativa ao período imediatamente antes da decisão brasileira. Ele admite que novos atrasos podem ter-se acumulado, exatamente pela necessidade de implementar os controles operacionais do Banco Central.

"Ao longo desta semana devemos começar a normalizar os pagamentos ao Clube de Paris", reafirmou o secretário. A idéia é quitar primeiro a parcela de US\$ 232 milhões que venceu no final de junho, ou pelo menos parte disso, para depois colocar na linha de autorizações o restante que venceu no último dia 3, no valor de US\$ 580 milhões. Ele não recebeu qualquer informação sobre a eventual suspensão de uma operação do Eximbank japonês com o Banco do Brasil, no valor de US\$ 100 milhões.

Sobre as linhas de crédito comerciais, o secretário disse que não há registro de qualquer movimento anormal de redução dos montantes à disposição do Brasil após a centralização do câmbio.